

**SURGEM
AS
COMUNAS
POPULARES**

1. O movimento das comunas populares trouxe sensíveis mudanças na vida da população rural. Ele não foi instigado por qualquer teoria cerebrina, mas nasceu sobre bases concretas, para satisfazer uma exigência do progresso da agricultura.

Quando surgiu o movimento, recebeu ele vários nomes, o que prova a sua origem espontânea e não pré-fabricada. Muitos o chamaram de grande fazenda (*large farm*), outros de fazenda do Estado (*state farm*) ou de grande cooperativa (*big cooperative*). Em junho de 1958, Mao Tsé-tung preferiu o de comuna popular, que alguns haviam lembrado. O rótulo, assim escolhido, parece corresponder melhor ao conteúdo da nova organização; e de fato se tornou muito popular em toda a China. Em agosto de 1958, a conferência do Partido Comunista realizada em Pei Tai Ho tomou conhecimento das comunas e estimulou o movimento.

Estamos citando esses pormenores porque desejamos salientar que as comunas populares, como outros movimentos na China, são frutos espontâneos da capacidade criadora do povo, que é inesgotável quando ele está realmente integrado no espírito que anima o progresso do país.

2. A comuna popular surgiu, antes de mais nada, da consciência política dos camponeses da China. O alto nível da produção agrícola alcançado durante o Primeiro Plano Quinquenal e o extraordinário desenvolvimento do sistema de irrigação das terras, com a construção (inverno de 1957) de novas represas e a regulação do curso dos rios – que evitavam os malefícios das inundações e transformavam o excesso de águas em benefício para a agricultura¹ –, exigiram que se expandisse a esfera de coordenação que era superintendida, até então, pela cooperativa.

A forma original de organização das cooperativas, embora avançada para a sua época, tornou-se pequena e incapaz de corresponder ao desenvolvimento da produção em alta escala. Assim, a integração das pequenas cooperativas em outras maiores começou a aparecer, a fim de atingir o objetivo de produzir maior quantidade, mais rapidamente, de melhor qualidade e mais barato, conforme a linha política traçada por Mao Tsé-tung no Programa Nacional de 12 anos para o desenvolvimento da agricultura (1956/1967).

Cada cooperativa dispunha de pequenos recursos para empreender trabalhos de grande envergadura, isoladamente. Então, uma ficava esperando pela iniciativa da outra e cada qual se esforçava por ver aceito o seu próprio plano. Nessa disputa, o povo trabalhador começou a participar. Por exemplo, no problema da irrigação das terras, que é fundamental para a prosperidade agrícola, os trabalhadores tiveram de optar entre a construção de grandes represas de água ou a dependência das chuvas naturais. Mas, para a construção das grandes represas e dos sistemas de irrigação,

era preciso substituir o trabalho das cooperativas por outro coordenado em escala maior. Eles tinham de escolher um dos dois caminhos. Os camponeses desejavam expandir a sua produção e desenvolver a indústria. A pequena cooperativa não podia satisfazer aos seus desejos e necessidades. Em muitas regiões, as cooperativas se fundiram em outras maiores, tornando-se capazes de construir grandes represas, montar pequenas indústrias, comprar tratores e aumentar o rendimento do trabalho. Assim, escolheram o caminho das comunas populares.

3. Nas cooperativas reunidas em comunas populares, não somente os trabalhos agrícolas, mas também as fábricas e o artesanato prosperaram juntos e fomentaram o desenvolvimento do comércio, das cooperativas de consumo, de crédito e até de bancos.

O número de empresas cresceu e se expandiu a esfera de atividades. Tornou-se necessária uma coordenação em escala maior, que se estendia além dos limites dos distritos e até dos municípios.

Com o desenvolvimento da produção agrícola e a criação de novas empresas, surgiu, na zona rural, uma aguda falta de braços. Comentando esse fato, escreve Li Fu-Chun, presidente do *State Planning Commission*, o seguinte:

“Essa falta de mão de obra que começou a ser sentida num grande país como o nosso, com uma população de mais de 600 milhões de habitantes, é, de resto, não um pequeno, mas um grande acontecimento; não uma coisa ruim, e sim uma coisa boa. Ela mostra que a nossa construção socialista se

expande, dia a dia, e floresce em todos os campos. Ao mesmo tempo, ela cria para nós a tarefa de apressar a inovação e a revolução da técnica, para que progrida firmemente a produtividade de nosso trabalho”².

Diante dessa falta de mão de obra, apelou-se para o trabalho das mulheres. Mas, à medida que elas participavam do trabalho rural, impôs-se o incremento dos serviços de bem-estar social, tais como as creches e os restaurantes públicos, que aliviavam as mulheres das ocupações domésticas.

Por outro lado, para desenvolver a produção e empreender outras atividades complementares, tornou-se necessário o trabalho de pesquisas científicas e se impôs a criação de nova técnica até mesmo para a escrituração mercantil. Fundaram-se para isso escolas de várias categorias nas comunas populares. Escolas de ensino médio de agricultura, de economia, de contadores etc., foram criadas sob a orientação de professores enviados pelos governos das províncias e do centro. O Exército também participou do movimento através de seus reservistas.

Desse modo, a comuna popular começou a abranger a indústria, a agricultura, o comércio, a educação, os negócios militares, o reflorestamento, a pecuária, a piscicultura e uma série de atividades complementares. Com tamanho campo de ação, que se estendia por áreas enormes, as funções dos dirigentes das comunas se confundiam com as dos poderes políticos dos distritos e dos municípios. E acabaram também por se unificarem, o que foi aprovado pela segunda sessão do 8º Comitê Central do Partido Comunista Chinês em maio de 1958.

4. Surgiu assim uma nova e enorme organização social, imposta pela inspiração popular e pela corajosa determinação das massas. Ela é integrada pelo governo local e pela comuna popular, abrangendo todos os ramos de atividades industriais, agrícolas, educacionais, militares, pecuárias etc., de acordo com os desejos e as reivindicações dos camponeses³.

Ao homologar essa iniciativa dos camponeses, o Partido Comunista Chinês, na conferência de Pei Tai Ho (agosto, 1958), reconheceu que a comuna popular era a melhor forma para duas transições: a transição da propriedade coletiva (cooperativa) para a propriedade de todo o povo (socialização); e a transição do socialismo para o comunismo.

Esse apoio e essa compreensão de Mao Tsé-tung agradaram à massa camponesa da China, mas despertaram uma onda contrária no exterior. Toda a imprensa reacionária do Ocidente começou a publicar uma série de acusações às comunas populares. Tivemos oportunidade de ler algumas delas e, por isso, quando voltamos à China em 1959, procuramos estudar a questão e, para a conhecermos melhor, visitamos várias comunas populares em diversos pontos do país e colhemos dados exatos a respeito, que podemos apresentar aos nossos leitores para que julguem por si mesmos.

5. Antes de apresentá-los, parece-nos, todavia, conveniente fazer algumas considerações de ordem teórica.

Diante da comuna popular chinesa, que foi iniciativa dos próprios trabalhadores da terra que eram donos dela, surge uma indagação teórica: qual a mais benéfica forma da propriedade, a particular ou a comum?

Essa pergunta nos veio várias vezes ao espírito quando visitávamos as comunas populares e observávamos o entusiasmo e a satisfação de seus membros. E raciocinávamos assim: estes homens e mulheres eram donos da terra e, depois, voluntariamente, as doaram às cooperativas, reservando-se para si apenas a casa e o quintal em que moravam. Em seguida, concordaram em que as terras da cooperativa se transferissem ao domínio das comunas populares, o que significou o abandono efetivo do direito de propriedade sobre elas, pois, enquanto cooperados, eles vigiavam a sua propriedade e dela podiam dispor através das assembleias da cooperativa, mas, transferida à comuna, a sua influência se reduzia ao mínimo ou mesmo se anulava. Por que isso aconteceu?

As críticas aparecidas na imprensa capitalista não nos convenceram. Elas atribuem a formação das comunas populares à pressão dos comunistas chineses. Isso não é verdade. O nascimento das comunas não obedeceu a nenhuma palavra de ordem do Partido Comunista da China. Elas nasceram espontaneamente da própria necessidade de aumentar a produção agrícola. Somente depois de criadas foi que os comunistas as reconheceram e o governo as legalizou.

Também os mesmos críticos falam em trabalho escravo nas comunas. Mas quem procura a escravidão espontaneamente?

A questão não pode ser respondida tão simploriamente. Preferimos ser mais realistas e objetivos, depois de havermos visitado as comunas populares e termos conversado com vários trabalhadores. Mas se dirá: “Você não fala chinês e somente poderia conversar através de intérpretes industriados

para o enganarem!”. É verdade que não falamos chinês e somente nos comunicamos por meio de intérpretes. Mas há coisas que podemos ver sem intérpretes; e há respostas que têm significação para quem faz a pergunta, apesar dos intérpretes.

Chegamos, pois, a uma conclusão. Se os camponeses transferiram a sua propriedade privada para a cooperativa e desta para a comuna popular, foi porque esta última forma de propriedade – a comum – lhes era, pessoalmente, mais vantajosa, lhes rendia mais, lhes dava maior lucro! Isso é revolucionário! – dirão os homens parados. E nós responderemos que isso está nos Atos dos Apóstolos, fundamento da religião cristã. A propriedade comum é mais fértil, mais dadivosa do que a propriedade individual. Não é por outra razão que muitas ordens religiosas católicas romanas adotam a propriedade comum.

– Mas, se elas adotam a propriedade comum, fazem-no voluntariamente e não obrigadas pelo poder coercitivo do Estado! – podem assim retrucar-nos os opositores. E responderemos simplesmente que as comunas populares surgiram espontaneamente, por livre vontade dos cooperados, e não por imposição do Estado. E daí nossa indagação inicial: qual a mais benéfica forma de propriedade, a privada ou a comum? São de S. Tomás de Aquino os seguintes conceitos:

“A comunidade das coisas é atribuída ao direito natural; não que o direito natural dite que tudo deve ser possuído e nada como próprio. Mas que possuir em separado não se funda no direito natural, mas, antes, na convenção humana que respeita o direito positivo, como já dissemos. Onde

a propriedade dos bens exteriores não é contra o direito natural, mas é um acréscimo feito a este por expediente da razão humana.”⁴

Se a propriedade privada é um expediente da razão humana e não do direito natural, é claro que ela pode ser alterada e até mesmo abolida pelo livre consentimento dos proprietários, desde que a propriedade comum lhes pareça mais útil e vantajosa para a obtenção dos recursos necessários ao sustento seu e de sua família e para a elevação do nível espiritual e moral da coletividade.

Vamos ver que isso aconteceu na China com as cooperativas e, depois, com as comunas populares. Sobre isso não temos a menor dúvida.

Notas do autor:

1. *Artigo publicado em Peking Review.*

2. *Artigo em Peking Review.*

3. *Luiz Carlos Prestes, em artigo citado em Novos Rumos, Rio de Janeiro, 15-1-1960.*

4. *Suma Teológica, art. II, q. LXVI, 1ª da IIª Parte.*

